

**PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 4360/2025**

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 2025.

Processo nº 0945714-76.2025.8.19.0001,  
ajuizado por **C. D. S. L.**

Trata-se de demanda judicial com pleito inicial do medicamento **Abemaciclibe 150mg**.

Acostado aos autos, se encontra o **PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS FEDERAL Nº 1206/2025**, datado em 26 de agosto de 2025 (Num. 224138332 – Págs. 1 a 3), no qual foram esclarecidos os aspectos relativos ao quadro clínico da Autora – **câncer de mama RH positivo e HER2 negativo, estagio IV, com metástase pulmonar e óssea**, à indicação e disponibilização no âmbito do SUS do medicamento pleiteado **Abemaciclibe**.

Em atenção ao despacho judicial (Num. 224136999 – Pág. 1), seguem as informações.

Conforme mencionado no parecer supradito, no que tange à **disponibilização de medicamentos oncológicos**, destaca-se que **não existe uma lista oficial de medicamentos antineoplásicos para dispensação aos pacientes portadores de câncer no âmbito do SUS**, uma vez que o Ministério da Saúde e as Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde **não fornecem medicamentos contra o câncer de forma direta** (por meio de programas).

Para atender **de forma plena e integrada** aos pacientes portadores das neoplasias malignas (câncer), o Ministério da Saúde estruturou-se através de **unidades de saúde referência UNACONS e CACONS, sendo estas as responsáveis pelo tratamento como um todo**, incluindo a **seleção e o fornecimento de medicamentos antineoplásicos e ainda daqueles utilizados em concomitância à quimioterapia, para o tratamento de náuseas, vômitos, dor, proteção do trato digestivo e outros indicados para o manejo de eventuais complicações**.

Assim, **os estabelecimentos habilitados em Oncologia pelo SUS são os responsáveis pelo fornecimento dos medicamentos necessários ao tratamento do câncer que, padronizam, adquirem e prescrevem**, devendo observar protocolos e diretrizes terapêuticas do Ministério da Saúde, quando existentes. Nesse sentido, é importante registrar que **as unidades de saúde do SUS habilitados em Oncologia são responsáveis pelo tratamento integral do paciente, logo, não representam meros pontos de distribuição de antineoplásicos ou terapia adjuvante**.

Cabe destacar que a Autora está em acompanhamento no **Centro Municipal de Saúde Mourão Filho** (Num. 224137441 – Pág. 1) e **em consultório particular** (Num. 224137447 – Pág. 1). Assim sendo, para que a mesma tenha acesso ao atendimento integral pela **Rede de Atenção em Oncologia no SUS**, deverá ser inserida no fluxo de acesso, conforme a nova Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer e em consonância com a Política Nacional de Regulação, **ingressando via Sistema Nacional de Regulação (SISREG)**.

No que concerne ao valor do medicamento pleiteado, no Brasil para um medicamento ser comercializado no país é preciso obter o registro sanitário na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e a autorização de preço máximo pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED)<sup>1</sup>.

De acordo com publicação da CMED<sup>2</sup>, o **Preço Fábrica (PF)** deve ser utilizado como referência quando a aquisição dos medicamentos não for determinada por ordem judicial e os medicamentos não se encontrarem relacionados no rol anexo ao Comunicado nº 6, de 2013, que regulamenta o artigo 4º da Resolução nº 3 de 2011, e o **Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG)** é utilizado como referência quando a compra for motivada por ordem judicial, e sempre que a aquisição contemplar medicamentos relacionados no rol anexo ao Comunicado nº 6, de 2013.

Assim, considerando a regulamentação vigente, em consulta à Tabela de Preços CMED, o **Abemaciclib 150mg** (Verzenios®) com 60 comprimidos possui preço máximo de venda ao governo, para alíquota de ICMS 0%, correspondente a R\$ 14.062,84. Com base no esquema terapêutico prescrito e nos valores da Tabela CMED (ICMS 0%), o custo estimado do tratamento (06 meses) é de R\$ 84.377,04.

Sem mais a contribuir no momento, estando este Núcleo à disposição para eventuais esclarecimentos.

**É o parecer.**

**Ao 1º Juizado Especial de Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, para conhecer e tomar as providências que entender cabíveis.**

**Elaborado pela equipe técnica do NATJUS-RJ.**

**FLÁVIO AFONSO BADARÓ**  
Assessor-chefe  
CRF-RJ 10.277  
ID. 436.475-02

<sup>1</sup>BRASIL Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Medicamentos. Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). Disponível em: <<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/medicamentos/cmed/precos>>. Acesso em: 16 out. 2025.

<sup>2</sup>BRASIL Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Medicamentos. Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). Disponível em: <[https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/medicamentos/cmed/precos/arquivos/pdf\\_conformidade\\_gov\\_20250911\\_15161936.pdf/@@download/file](https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/medicamentos/cmed/precos/arquivos/pdf_conformidade_gov_20250911_15161936.pdf/@@download/file)>. Acesso em: 16 out. 2025.